



**EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

**Relatório da Administração** - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e o relatório dos auditores independentes.

**Balanco patrimonial - Em 31/12/2021 (Em milhares de reais)**

	Notas	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.751	7.520
Contas a receber	5	1.877	1.732
Despesas antecipadas		181	130
Outros créditos		91	101
		<b>14.900</b>	<b>9.483</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Conta reserva	4	8.549	14.516
Conta de ressarcimento - CCEE	8	2.008	2.166
Depósitos judiciais		145	124
Tributos diferidos	18	1.259	-
Direito de uso	6	2.468	2.382
Imobilizado	7	59.332	64.734
		<b>73.761</b>	<b>83.922</b>
		<b>88.661</b>	<b>93.405</b>
<b>Total do ativo</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	902	513
Empréstimos e financiamentos	11	3.388	4.019
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	284	463
Dividendos a pagar	14	-	734
Conta de ressarcimento - CCEE	8	8.464	8.431
Obrigações por arrendamentos	12	189	352
Outras obrigações		1.119	1.014
		<b>14.346</b>	<b>15.526</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	38.514	41.862
Obrigações por arrendamentos	12	2.542	2.190
Provisão para contingências	13	124	124
Provisão para desmobilização	20	4.171	3.818
		<b>45.351</b>	<b>47.994</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	14		
Capital social		26.911	26.911
Reservas de lucros		2.053	2.974
Total do patrimônio líquido		28.964	29.885
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>88.661</b>	<b>93.405</b>

totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º/07/2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º/07/2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30/06/2016. A partir de 1º/07/2016 houve a reapetuação da garantia física no contrato, de 12 MW para a média de geração do quadriênio de 9,45 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º/07/2020 houve a segunda reapetuação da garantia física no contrato, de 9,45 MW para a média de geração do quadriênio de 8.966 MWh. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31/12/2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria em 25/03/2022. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis:** **Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Adicionalmente, a Companhia considerara as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de elaboração** - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto para alguns ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e desmobilização do parque. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2. Instrumentos financeiros - **Ativos financeiros - Classificação e mensuração** - De acordo com a NBC TG 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31/12/2021 e 2020, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são equivalentes de caixa, contas a receber e valores a receber da CCEE. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - De acordo com a NBC TG 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 2.3. **Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor, conforme mencionado na Nota 7. 2.4. **Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenha sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. 2.5. **Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.6. **Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os instrumentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. 2.7. **Conta de ressarcimento - CCEE** - A conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerrou em 30/06/2016; b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. 2.8. **Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.9. **Imposto de renda e contribuição social corrente** - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido. 2.10. **Reconhecimento da receita** - A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reco-

nhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A NCB TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no Caso da Companhia, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de suprimento da Companhia proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do Contrato de Energia de Reserva - CER firmado com a CCEE (Nota 1), ajustada mensalmente pela energia efetivamente gerada. 2.11. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. **Contingências** - A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e de direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou processos administrativos que sejam movidos contra a Companhia podem afetar adversamente a Companhia, independentemente do respectivo resultado final. **Conta de ressarcimento - CCEE** - A conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. 2.12. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º/01/2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações na NBC TG 06 (R3), NBC TG 11 (R2), NBC TG 38, NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência** - As alterações às NBCs TG 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia, que pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30/06/2021** - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do NBC TG 06 (R3) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando a NBC TG 06 (R3) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30/06/2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31/03/2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30/06/2022. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. 2.12. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Não há normas ou interpretações emitidas em 2021, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado como segue:

**Demonstração do resultado do exercício Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)**

	Notas	2021	2020
<b>Receitas</b>			
Custo com a venda de energia	16	20.715	17.516
Lucro bruto		(10.382)	(10.239)
Despesas operacionais		10.333	7.277
Despesas gerais e administrativas	16	(744)	(1.283)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	-	1.384
		<b>(744)</b>	<b>101</b>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<b>9.589</b>	<b>7.378</b>
Receitas financeiras	17	923	693
Despesas financeiras	17	(3.676)	(3.780)
		<b>(2.753)</b>	<b>(3.087)</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>6.836</b>	<b>4.292</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social		-	-
Corrente		(2.831)	(1.200)
Diferido		1.277	-
		<b>(1.554)</b>	<b>(1.200)</b>
Lucro líquido do exercício		<b>5.282</b>	<b>3.092</b>
Quantidade de ações	14	38.910.543	38.910.543
Lucro por ação		<b>0,14</b>	<b>0,08</b>

Receitas em banco e em caixa (i) **2021** **2** **2020** **2**  
Certificados de depósitos bancários (ii) **12.749** **7.518**  
**12.751** **7.520**

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Os Certificados de Depósitos Bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31/12/2021 e 2020 é de aproximadamente 90% do CDI.

**Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.282	3.092
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>5.282</b>	<b>3.092</b>

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)**

	Reservas de lucros			
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.911	616	1.301	28.828
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(1.301)	(1.301)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.092
Destinação do lucro:				
Reserva legal	-	155	-	(155)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(734)
Dividendos adicionais propostos	-	-	2.203	(2.203)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.911	771	2.203	29.885
Dividendos adicionais aprovados (Nota 14)	-	-	(2.203)	(2.203)
Dividendos intercalares aprovados (Nota 14)	-	-	(2.745)	(2.745)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.282
Destinação do lucro (Nota 14):				
Reserva legal	-	264	-	(264)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.255)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.911	1.035	1.018	28.964

**Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais)**

	Notas	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.836	4.292
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa:			
Depreciação e amortização		5.681	5.669
Rendimento sobre aplicações financeiras		(383)	(372)
Juros e variações monetárias, líquidas		3.270	3.585
Provisão para contingências		-	11
Provisão (reversão) para desmobilização		353	(25)
		<b>15.757</b>	<b>13.160</b>
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber		(145)	60
Despesas antecipadas		(51)	(121)
Contas de ressarcimento - CCEE		158	(1.153)
Outros créditos		(11)	(120)
		<b>(49)</b>	<b>(1.334)</b>
Acréscimo (decrécimo) de passivos			
Fornecedores		389	60
Obrigações trabalhistas e tributárias		(9)	(560)
Conta de ressarcimento - CCEE		33	4.204
Outras obrigações		105	308
		<b>518</b>	<b>4.012</b>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<b>16.226</b>	<b>15.838</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(3.042)	(3.340)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.034)	(421)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>11.150</b>	<b>12.077</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras		(5.380)	-
Resgates de aplicações financeiras		10.781	-
Adições do imobilizado	7	(28)	(208)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>5.373</b>	<b>(208)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	14	(6.937)	(1.735)
Redução de capital		-	(12.000)
Pagamento de arrendamentos	12	(350)	(355)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	11	(4.005)	(5.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(11.292)</b>	<b>(19.127)</b>
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa		<b>5.231</b>	<b>(7.258)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.751	14.778
No final do exercício		12.751	7.520
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa		<b>5.231</b>	<b>(7.258)</b>

**5. Contas a receber CCEE (a)** **2021** **1.877** **2020** **1.732**  
(a) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31/12/2021 e 2020. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **6. Direito de uso:** Referem-se aos contratos dos terrenos onde está localizado o parque eólico, os quais estão registrados em conformidade com a NBC TG 06(R3). **Composição e movimentação dos saldos**

	Taxas médias de amortização (% a.a.)	Saldo em 2020	Adições	Remuneração dos contratos	Saldo em 2021
Direito de uso	8,5%	2.856	-	337	3.193
(-) Amortização		(474)	(251)	-	(725)
		<b>2.382</b>	<b>(251)</b>	<b>337</b>	<b>2.468</b>

**7. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos**

	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Custo contábil				
Móveis e utensílios	10%	33	-	33
Equipamentos, máquinas e instalações	10%	95	2	97
Equipamento de processamento de dados	20%	25	2	27





**EÓLICA MANGUE SECO 3 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

CNPJ Nº 11.643.567/0001-00

9. Fornecedores	2021	2020
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. (a)	456	413
Petrobras S.A. (b)	255	53
Outros fornecedores	191	47
	<b>902</b>	<b>513</b>

(a) O contrato firmado com o fornecedor Wobben Windpower estabelece que a partir do quarto ano operacional, o pagamento será reajustado pela variação do IPCA, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo no contrato celebrado entre a CCEE e a contratante. Adicionalmente, no pagamento do último trimestre operacional de cada ano, é calculado o valor da remuneração anual da energia do ano operacional de cada aerogerador para ajustar o valor final entre os valores mínimos e máximos do O&M de cada aerogerador. (b) O contrato firmado com o fornecedor Petrobras S.A. trata-se um contrato de manutenção referente a subestação polo e COE. **10. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Os saldos das obrigações trabalhistas e tributárias é demonstrada como segue:

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	31	22
Retenções na fonte	8	31
PIS	11	13
COFINS	52	61
IRPJ	107	226
CSLL	75	110
	<b>284</b>	<b>463</b>

11. Empréstimos e financiamentos	Encargos financeiros	2021	2020
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	9,50% a.a.	41.902	45.881
Circulante		3.388	4.019
Não circulante		38.514	41.862

Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 3, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em março de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros. Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento do contrato:

	2021	2020
2022	-	3.395
2023	3.643	3.643
2024	3.904	3.904
2025	4.178	4.178
A partir de 2026	26.789	26.742
	<b>38.514</b>	<b>41.862</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos períodos está assim representada:

	2021	2020
Saldo inicial	45.881	50.867
Juros incorridos	3.068	3.391
Pagamento de principal	(4.005)	(5.037)
Pagamento de juros	(3.042)	(3.340)
Saldo final	41.902	45.881

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. Em 31/12/2021, os referidos índices foram cumpridos. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sob as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano. **Garantias financeiras** - As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição de conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. **12. Obrigações por arrendamentos:** Conforme comentado na Nota 6, a Companhia registrou os contratos de arrendamento dos terrenos onde o parque eólico está instalado, em conformidade com o NBC TG 06(R3). O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de captação de empréstimos e financiamentos de terceiros. Os prazos dos contratos são de até vinte anos, podendo ser renovados automaticamente pelo mesmo período caso não haja manifestação do locatário ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia. O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

	2021	2020
Circulante		
Até um ano	189	352
Não circulante		
Entre um e dois anos	189	352
Entre dois e três anos	189	352
Entre três anos e quatro anos	189	352
Acima de quatro anos	1.975	1.134
	2.542	2.190
	2.731	2.542

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	2021	2020
Saldo inicial	2.542	2.634
Remensuração dos contratos (Nota 6)	337	69
Juros	202	194
Pagamentos	(350)	(355)
Saldo final	2.731	2.542

**13. Provisão para contingências**  
Notificação por descumprimento de cláusula contratual 124 124

Em maio de 2012 a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina, para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE. **Perdas possíveis** - As posições das demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos, e que não foram objeto de provisão contábil referem-se a duas ações judiciais em que a Companhia está envolvida. O montante estimado atualizado total é de R\$ 1.634. Contudo, considerando que a Companhia é litisconsorte passiva, junto com os outros Parques Eólicos (Mangue Seco 1, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4), a administração estima que a mesma deverá ser responsável pelo montante de R\$ 780 nas referidas ações. Essas ações judiciais são relativas à servidão administrativa de passagem das linhas de transmissão da Companhia, bem como dos outros Parques Eólicos, conforme seguir detalhado: i. Processo nº 0101638-69.2013.8.20.0105, ajuizado pelo Sr. Luiz Antônio de Melo, em trâmite na vara única de Macaú/RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 1.260.000,00, sendo que a parte referente à Mangue Seco 3 corresponde ao montante de R\$ 630. O objeto desta ação engloba: (a) liminarmente, a pretensão do Autor em receber um valor mensal pela utilização do seu imóvel como passagem das linhas de transmissão; e (b) pretensão do autor em ser indenizado pelos danos sofridos em virtude da implantação da linha de transmissão em sua propriedade. ii. 00011525-44.2012.8.20.0105 ajuizado pelo Sr. Francisco Pereira Olegário, em trâmite na vara única de Macaú-RN, cujo valor atualizado perfaz a quantia de R\$ 150, sendo que a parte referente à Mangue Seco 3 corresponde a R\$ 75. O objeto da ação é a pretensão do Autor em receber indenização pela desapropriação do seu imóvel em razão do que ele considera desapropriação, para fins de passagem de linha de transmissão. **14. Patrimônio líquido:** a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2021 e 2020 é de R\$ 26.911 e está representado por 38.910.543 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Wobben Windpower	-	-	-	-
Indústria e Comércio Ltda	-	-	19.844.377	51%
Petróleo Brasileiro S.A.	-	-	19.066.166	49%
V2I Energia S.A.	38.910.543	100%	-	-
	<b>38.910.543</b>	<b>100%</b>	<b>38.910.543</b>	<b>100%</b>

Em 07/01/2021, a Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda e a Petróleo Brasileiro S.A. informaram que assinaram com a V2I Energia S.A. o contrato para a venda da totalidade de suas participações de 51% e 49%, respectivamente, no capital social da Companhia. Em 1º/04/2021, após cumpridas as condições precedentes, a incluindo, entre outras, as devidas aprovações do financiador do desenvolvimento do parque eólico, o Banco do Nordeste do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), foi firmado o termo de fechamento ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a, Petróleo Brasileiro S.A e a V2I Energia S.A., investida do Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que tem como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., atual sócio com 100% de participação acionária. Com relação a empresa Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, o termo de fechamento foi firmado dias depois, ou seja, em 05/04/2021. b) **Deslinde do lucro** - De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após decisão do Conselho de Administração.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.282	3.092
Reserva legal (5%)	(264)	(155)
Base de cálculo dos dividendos	5.018	2.937
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.255	734

A movimentação dos dividendos propostos e pagar estão representadas a seguir:

	2021	2020
Saldo de dividendos no início do exercício	734	434
Dividendos aprovados anos anteriores	2.203	1.301
Dividendos intercalares aprovados	2.745	-
Dividendos pagos	(6.937)	(1.735)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.255	734
Saldo de dividendos a pagar	-	734

Em 19/05/2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovou o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 2.937, sendo R\$ 734, correspondentes aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 2.203 correspondentes aos dividendos adicionais propostos do exercício de 2020. Em 06/12/2021, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 4.000.

15. Receitas	2021	2020
Receita bruta com venda de energia elétrica	21.500	18.183
Impostos sobre o faturamento		
PIS	(140)	(119)
COFINS	(645)	(548)
	<b>(785)</b>	<b>(667)</b>
	<b>20.715</b>	<b>17.516</b>

16. Custos e despesas operacionais	2021	2020
Por função:		
Custos com a venda de energia	(10.382)	(10.239)
Despesas gerais e administrativas	(744)	(1.283)
Outras receitas operacionais	-	1.384
	<b>(11.126)</b>	<b>(10.138)</b>

Por natureza:	2021	2020
Depreciação	(5.430)	(5.427)
Depreciação de arrendamento (Nota 6)	(251)	(242)
Encargos setoriais - TUSD	(408)	(329)
Serviço de passagem e alugueis	-	(33)
Representação CCEE e ONS (a)	(93)	(173)
Vigilância e segurança	(145)	(188)
Serviço de manutenção do parque (b)	(2.318)	(2.082)
Custo serviços O&M - SE	(418)	(425)
Custo por não atingimento de meta (CCEE)	-	(622)
Custo Taxa ANEEL	(86)	(79)
Despesas com viagens	(36)	(21)
Alugueis	(22)	(33)
Locação de veículos	-	(9)
Utilidades (água, luz, telefone e internet)	(9)	(12)
Despesa com publicações	(51)	(26)
Despesa com condomínio	(10)	(11)
Remuneração da administração (Nota 19)	(175)	(664)
Despesa com conselheiros (Nota 19)	(41)	(182)
Custo e despesas com pessoal	(5)	(407)
Assessoria jurídica	(10)	(28)
Assessoria contábil	(119)	(56)
Recuperação de despesas tributárias	-	934
Receita com precatórios	-	451
Custo subestação polo	(430)	(158)
Outros custos e despesas	(1.069)	(316)
	<b>(11.126)</b>	<b>(10.138)</b>

(a) Refere-se substancialmente ao contrato de manutenção firmado com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., e (b) Refere-se substancialmente ao contrato de manutenção firmado com a Wobben Windpower Indústria e Comércio.

17. Receitas (despesas) financeiras	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	519	296
Rendimentos da conta reserva	383	372
Juros ativos	21	-
Atualização monetária sobre desmobilização do parque	-	25
	<b>923</b>	<b>693</b>

Despesas financeiras	2021	2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.068)	(3.392)
Atualização monetária sobre desmobilização do parque	(353)	-
Atualização de tarifa - CCEE	(53)	(90)
Juros sobre arrendamento de terrenos	(202)	(194)
Outras despesas financeiras	-	(104)
	<b>(3.676)</b>	<b>(3.780)</b>
	<b>(2.753)</b>	<b>(3.087)</b>

**Resultado financeiro**  
**18. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculadas no lucro presumido, aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% de adicional para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta com venda de energia elétrica (Nota 15)	21.500	21.500	18.183	18.183
Alíquota de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
	1.720	2.580	1.455	2.182
Outras receitas	6.449	6.449	1.945	1.945
Lucro presumido	8.169	9.029	3.400	4.127
Alíquota IRPJ - 15%	(1.225)	-	(511)	-
Alíquota Adicional - 10%	(793)	-	(317)	-
CSLL - 9%	-	(813)	-	(372)
Despesa com IRPJ e CSLL	(2.018)	(813)	(828)	(372)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%

**Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Conforme previsto pela legislação aplicável ao imposto de renda e contribuição social, como a Companhia optou pela tributação pelo regime do lucro presumido, lhe é facultado tributar as receitas de aplicações financeiras pelo regime de caixa. Assim, para o montante correspondente à diferença entre as receitas de aplicações financeiras reconhecidas contabilmente pelo regime de competência e o montante reconhecido fiscalmente pelo regime de caixa, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

Diretoria Executiva - Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca		Diretoria Financeira; Wagner Alexandre Serrato - Diretor de Operações	
Responsável Técnico pelas informações contábeis - Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis			

Aos Acionistas e Administradores da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião, Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras (Nota 17)	519
Rendimentos da conta reserva (Nota 17)	383
Outros (a)	1.791
	<b>2.693</b>

Rendimentos reconhecidos pelo regime de caixa  
Diferença temporária - base para diferido  
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%  
**(6.449)**  
**(3.756)**  
**1.277**

(a) Conforme comentado acima, a Companhia decidiu optar por tributar as receitas de aplicações financeiras pelo regime de caixa, a partir do exercício corrente. Assim, registrou tributos diferidos calculado sobre aquelas receitas anteriormente reconhecidas por competência até 31/12/2020. **19. Provisão para desmobilização:** Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou a empresa Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 4.171 (2020: R\$ 3.818). **20. Partes relacionadas:** A remuneração paga ou a pagar refere-se a honorários da diretoria por serviços prestados e está apresentada a seguir:

	2021	2020
Honorários da diretoria (Nota 16)	(175)	(664)
Despesa com conselheiros (Nota 16)	(41)	(182)
	<b>(216)</b>	<b>(846)</b>

A remuneração acima se refere ao montante pago aos administradores até março de 2021. A partir de abril de 2021, quando a Companhia passou a ser controlada pela V2I Energia S.A., os diretores são remunerados pela controladora, sem o repasse dos custos relacionados para a Companhia. A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ou benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira. **21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** 21.1 **Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **21.2. Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Concluído com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2021 e 2020:

	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 11)	41.902	45.881
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(12.751)	(7.520)
Aplicações financeiras (Nota 4)	(8.549)	(14.516)
Dívida líquida (a)	20.602	23.845
Total do patrimônio líquido	28.964	29.885
Total do capital (b)	49.566	53.730
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	42%	44%

22. Instrumentos financeiros	por categoria	Classificação	2021	2020
Ativos financeiros				
Recursos em banco e em caixa (Nota 3)	Custo amortizado	2	2	
Certificados de depósitos bancários (Nota 3)	Custo amortizado	12.749	7.518	
Conta reserva (Nota 4)	VJR	8.549	14.516	
Contas a receber (Nota 5)	Custo amortizado	1.877	1.732	
		<b>23.177</b>	<b></b>	